

# Bracher: credores voltarão a nos oferecer recursos.

O Brasil pretende realizar a negociação plurianual da sua dívida externa entre março e junho do ano que vem, antecipou ontem em São Paulo o presidente do Banco Central, Fernaõ Bracher (foto), em palestra e entrevista à imprensa no seminário sobre a economia brasileira promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo, Bradesco, Bolsa de Valores de São Paulo e organizado pela RR&CA Consultores Associados.

Bracher tratou com simplicidade e precisão temas delicados como a posição do País frente à dívida, a taxa cambial, a independência em relação ao FMI e as dívidas dos bancos liquidados (Comind, Auxiliar, Maisonnave e Brasilinvest, citados nominalmente) por operações 63 contratadas com credores no Exterior. Para o futuro, previu que os credores voltarão a oferecer recursos ao País, cuja situação cambial é confortável.

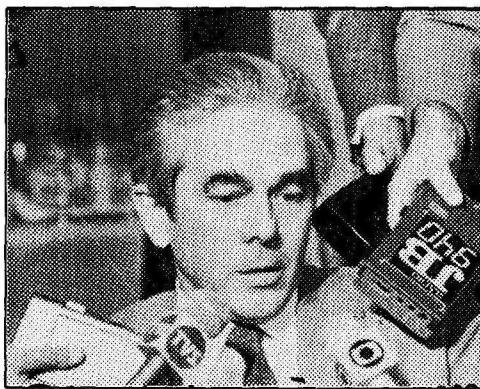
Desde 1968, mostrou o presidente do Banco Central, 1985 foi a primeira vez que a dívida externa ficou estável em dólares, tendo atingido US\$ 99,6 bilhões contra US\$ 99,7 bilhões em 1984. Ocorreu portanto uma redução real importante, já que do montante em valores absolutos é preciso descontar a inflação norte-americana.

Até agora, o Brasil já acertou a dívida de 1985 — o principal será pago em sete anos, com cinco de carência — e, quanto a 1986, os empréstimos serão depositados no Banco Central e ficarão indisponíveis. A dívida de curto prazo está prorrogada até março de 1987 e provavelmente até junho do ano que vem, quando deverá ocorrer o reescalamento plurianual. Uma das dificuldades estará nas dívidas negociadas no âmbito do Clube de Paris, já que nessa esfera exige-se o acordo com o FMI, embora, em compensação, sejam dívidas de governo. A negociação plurianual, explicou Bracher, deverá ser mais conveniente, uma vez que o mercado continua fechado.

## Câmbio

O governo tem as mãos livres para manter a taxa de câmbio onde está ou modificá-la, assinalou ainda a autoridade. "Estamos em vantagem em face da desvalorização do dólar norte-americano. E ninguém falou em congelamento da taxa de câmbio."

Manifestação de otimismo foi expressa pelo economista Carlos Manuel Peláez, um dos debatedores do encontro de ontem. Sua previsão é de que as taxas de juros nos Estados Unidos (que acabam de cair de 9,5 para 9% ao ano) reduzam-se até 7% ao ano. "Nos próximos cinco anos, o Brasil vai servir os juros da dívida externa. O principal será negociado em outro contexto." Considerou que a relação entre juros da dívida e exportações, da ordem de 40% em 85, é muito alta, prognosticando sua queda a 20% até o final



DIV - Externa 2 MAR 1985

da década. Previu ainda grande grau de liberdade para o Brasil.

## JORNAL DA TARDE Investimentos

Respondendo a perguntas do público que lotou o auditório principal do Maksoud Plaza, Bracher recordou que o País investiu o que tomou emprestado no Exterior. Os credores, comentou, sabiam que nossos investimentos ocorriam em projetos de longa maturação, com prazo de oito anos, e sabiam que a dívida deveria ser rolada no vencimento. "Como não há mercado" — explicou — "rolamos a dívida administrativamente".

Sobre a hipótese de renúncia à dívida, o presidente do Banco Central disse que isto seria o mesmo que renunciar ao convívio social; "é melhor dizer aos bancos que é preciso um prazo para pagar, antes via mercado, hoje pela via administrativa".

Bracher lembrou que "nós tínhamos uma negociação, por força maior houve uma ruptura de mercado, mas os ricos são mais responsáveis do que os pobres pela manutenção da ordem, e cabe sentar à mesa para saber como vamos nos acertar.

— Não cabe sentimento de culpa, dizer o que foi que eu fiz, nada disso. Esta é a posição básica de negociação do Brasil e está sendo compreendida pelos credores.

É justo pagar pelas consequências do déficit dos Estados Unidos? "Isto não é — responde Bracher —, mas todo mundo paga. É a parte romana. Inglaterra, Alemanha, França também reclamam. Vamos aos foros internacionais, pedir para fortalecer os direitos especiais de saque (DES). Podemos mudar de mundo, mas é difícil."

— O Brasil — disse acerca da questão crítica de ruptura com os credores — deve considerar as teses da ruptura. Mas acho que não nos convém, e é o que temos feito. Remeter 5% do PIB em juros é uma barbaridade. Mas eles não sabem o que fazer com o dinheiro. Aí o dinheiro volta para cá. Acho

que somos fortes o suficiente para aguentar dois ou três anos de doideira do mundo. Acho que mais cedo do que se possa pensar voltaremos a ter crédito, para produzir mais e comprar mais. Quanto mais nos organizarmos, mais rapidamente consertaremos as imperfeições e o mercado entenderá que é de sua conveniência nos dar os recursos que precisamos. (Depois, declarou que o Brasil quer dinheiro novo, mas voluntariamente, admitindo o montante mencionado de US\$ 1,8 bilhão.)

O presidente do Banco Central disse não ser "alto ou baixo" o spread recém-negociado, de 1,125%. "Lutamos por um spread menor, mas é o que foi dado ao México quando era bem comportado, com FMI, uma maravilha. É uma taxa aceitável."

Bracher não prometeu que o Brasil vá pagar aos credores internacionais a totalidade das dívidas (Resolução 63) dos bancos privados que ficaram insolventes, mas lembrou que parte já foi paga, o mesmo poderá ocorrer com outra parcela e os proprietários daqueles bancos estão tentando resolver o problema (com credores internos e externos), o que é estimulado pelo BC.

## Bancos comerciais

O presidente do Banco Central considerou que a atividade bancária foi das mais atingidas pelo plano de estabilização da economia, daí a necessidade de um ajuste envolvendo bancos comerciais e o próprio Banco Central. Mencionou que a permissão para que 10% do compulsório sejam aplicados em títulos públicos (obtendo rentabilidade) e insinuando a possibilidade de que o BC possa contribuir mais. Quanto aos serviços bancários, recordou que eram resarcidos pela cobrança de juros, quando o normal é a cobrança dos serviços. "Nos bancos, tudo era de graça e quem pagava era o tomador de empréstimos." Na prática, afirmou, a taxa deve remunerar o serviço. "O sistema mais atingido em toda a reforma é o bancário. Não em sua solidez. Os ativos ficam melhores, ante a melhoria da saúde dos clientes."

Bracher admitiu que os bancos terão agora de mostrar sua eficiência e declarou que um dos objetivos do Banco Central é estimular a regionalização, tese já defendida pelo ex-presidente do BC, Carlos Langoni.

Os juros poderão ser tabelados? "Se for necessário se tabela, mas isto seria ruim, porque tabelaria acima das taxas onde os juros deverão chegar", previu Bracher, com a premissa de que a tendência das taxas é declinante, inclusive pelo crescimento dos depósitos à vista. "O Banco Central também acha as taxas altas, mas tem certeza de que o melhor caminho é que elas sejam livres, acompanhadas pelo BC" — arrematou Bracher.